



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH**

ADAMITE FERNANDO GOMES

O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR EM GUINÉ-BISSAU

ACARAPE -CE

2024

ADAMITE FERNANDO GOMES

O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR EM GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de curso- TCC apresentado ao curso de licenciatura plena em pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do grau em licenciatura em Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Fabiola Barrocas Tavares

ACARAPE – CE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Gomes, Adamite Fernando. G615d

O desafio da inclusão escolar em Guiné-Bissau / Adamite Fernando Gomes. - Redenção, 2024.
48f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de
Humanidades, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof^a Fabiola Barrocas Tavares.

1. Educação inclusiva. 2. Pessoas com deficiência. 3. Guiné- Bissau. I. Título
CE/UF/BSP CDD 371.9

ADAMITE FERNANDO GOMES

O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR EM GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de curso- TCC apresentado ao curso de licenciatura plena em pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do grau em licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora

Profª. Dr. Fabiola Barrocas Tavares

(UNILAB)

Prof. Dr. Francisco Victor Macedo Pereira

(UNILAB)

Prof. Ms. AssisAnderson Ribeiro da Silva.

(UNILAB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao dono da vida (Deus), a todos vocês que acreditaram e me fizeram acreditar na concretização deste grande sonho e estiveram sempre ao meu lado, mandando as energias positivas, conversando, encorajando para que hoje eu esteja aqui fechando mais um ciclo de estudos. Desejo este trabalho aos meus pais Fernando Gomes e Rita Tehuda, Segunda Biófa, Ivana Gonçalves ao meu marido Moisés Fore que sempre acreditaram em mim e foram importantes, pois, sempre estiveram comigo em todo o processo e nunca deixaram de acreditar no meu potencial, como também a minha tia Domingas Morna Unca, e ao meu padrinho Silava Mamuntcha, que sempre me incentivaram a estudar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, todo poderoso meu alicerce, a minha rocha, meu protetor e dono da minha vida, pois sem ele seria difícil chegar até aqui, tudo que conquistei que tenho é dele, a ele toda a minha infinita gratidão.

A minha família, que mesmo estando do outro lado do oceano, sempre me enviou apoio e incentivo, pois passar 6 seis anos longe, não é uma tarefa fácil, mas, mesmo assim vejo que valeu a pena cada esforço para a concretização deste sonho. Meus colegas de turma, que trilharam esse caminho comigo nos altos e nas descidas desta trajetória, sabem o quanto foi difícil.

Ao Ivaldino Carlitos Nhaga que me ajudou a fazer as entrevistas enquanto estava em Bissau, obrigado pelo seu trabalho árduo de ir atrás das pessoas para lhes entrevistar. E a todos os meus amigos e colegas da entrada 2018.1, porém sem eles este sonho seria impossível pois é com grande ajuda de cada uma delas que aqui estou hoje nunca me vou esquecer da vossa benevolência.

Á todos os professores de curso da licenciatura plena em pedagogia, da universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que contribuíram bastante na minha vida acadêmica, especialmente a minha professora orientadora Dr. Fabíola Barrocas Tavares, por me incentivar na pesquisa e pela paciência no processo da orientação.

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre educação inclusiva na Guiné-Bissau, onde fizemos uma análise sobre a inclusão das pessoas com deficiência no processo de ensino e aprendizagem. Tivemos como objetivo compreender como ocorre o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência no processo de ensino e de aprendizagem na escola Bengala Branca. Metodologicamente utilizamos a pesquisa de campo, tendo como fonte de dados entrevistas, feita com 4 pessoas, sendo que entre essas, há dois professores, um pai e um aluno, que frequentam e trabalham na Escola Bengala Branca. Além das entrevistas feitas foram realizadas as revisões bibliográficas. Contamos com o suporte teórico de vários autores, mas com maior profundidade de Buli (2022), Silva (2023), Pereira e Saraiva (2017) que nos ampararam nas análises feitas. A partir dessas concepções foi possível compreender o papel dos agentes da inclusão, como a família, a sociedade, o Estado, e os professores, nesse processo de inclusão educacional dos deficientes na Guiné-Bissau. Buscamos, ao final, apontar para mudanças culturais com suporte necessário para amparar as pessoas com deficiência em seus direitos à educação.

Palavras-Chaves: Deficiência; Educação; Guiné-Bissau; Inclusão.

ABSTRACT

This work talks about inclusive education in Guinea-Bissau, where i analyze the inclusion of people with disabilities in the teaching and learning process. It aims to understand access and inclusion of people with disabilities in the education process in regular schools in this country. Methodologically, we opted for field research, using interviews as a data source, carried out with 4 people, including two teachers, a father and a student, who attend and work at Escola Bengala Branca. in addition to the interviews carried out, bibliographical reviews were carried out. It had theoretical support from several authors, but with greater depth from Buli (2022), Silva (2023), Pereira and Saraiva (2017) who supported us in the analyses carried out. From these conceptions it was possible to understand the role of inclusion agents, such as family, society, the State, and teachers. In this process of educational inclusion of the disabled in Guinea-Bissau. In the end, we seek to point to cultural changes with the necessary support for people with disabilities in their rights to education.

Keywords: Disability; Education; Guiné-Bissau; Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

AM – Universidade Amílcar Cabral

ANP – Assembleia Nacional Popular

CB – Colinas de Boé

CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CRM – Centro de Reabilitação Motora

EI – Educação Inclusiva

FADPD/GB – Federação das Associações de Defesa e Promoção de Direito da Pessoas com Deficiência na Guiné-Bissau

FCFA – Franco da Comunidade Financeira Africana. No período da colonização esta moeda significa Franco de Colônia Francesa Africana.

HI – Humanité Inclusion

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBSEG – Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense

ONGs – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PCD – Pessoas com Deficiência

SAB – Sector Autónomo de Bissau

SNAS/MC - Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania

UNESCO – A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	14
2.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL GUINEENSE	14
3. A DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO E DIREITO	22
3.1 INCLUSÃO	24
3.2 SERVIÇOS DE APOIO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA GUINÉ-BISSAU	26
3.3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAR NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	27
4. A INCLUSÃO NA GUINÉ-BISSAU PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa tratamos de educação inclusiva, a partir da realidade de Guiné-Bissau, onde realizamos uma análise sobre a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no processo de ensino e de aprendizagem escolar. Essa é uma realidade muito adversa, pois muitas são as dificuldades, especialmente as relativas aos padrões culturais. Trago o relato de uma mãe sobre o contexto das pessoas deficientes em Guiné-Bissau, para situar um pouco esse contexto

Ser mãe em Guiné Bissau de uma pessoa deficiente é muito difícil. Muitas das vezes utilizam conhecimentos empíricos, dizem que estas crianças não são pessoas má pessoas do mal, como por exemplo serpente, irá. Muitas das vezes as pessoas te abandoname te mandam abandonar esta criança e tem muitas pessoas que ficam com medo da criança. Aosair com ela muitas pessoas vão parar tudo o que estavam a fazer, para lhe olhar como se tivessegerado algo podre. Ao ser mãe de criança especial muitas pessoas saem da sua vida, se você não tiver forças acaba ficando muito triste, frustrada, com ansiedade e depressão, mas na verdade quando se tem uma criança deficiente você acaba por não viver a sua vida e passa a viver a vida do seu próprio filho, para o cuidar, tratar com carinho, sem achar chato. O pai me abandonou com a criança, mas eu sempre lutei, e não deixei meu filho saber que estava sofrendo. Eu cheguei a levar a criança para seu pai e depois ele devolveu a criança para mim. Isso acabou gerando um problema muito grande que chegou a ir ao tribunal. Após isso a criança ficou com o pai, mas a abandonaram e ela quase morreu. Levaram a criança e a deixaram na minha casa às 3 horas da madrugada. Eu sempre fiquei acompanhada internada, a internação com meu filho sempre chorava. Eu passei por muitas coisas. Eu descobri que o meu filho era especial depois de muitas consultas. O meu filho chegou a ficar internado na UTI por um tempo. A incompetência dos médicos guineenses me levou atéa Ziguinchor, para descobrir que o meu filho tinha uma doença e precisava ser operada. Por falta do dinheiro ele não conseguiu um tratamento, tentei muitas vezes por uma junta médica enão deu certo por falta dos meios financeiros, eu aprendi muito com o nascimento do meu filho ele foi um professor da vida, na minha vida e hoje ele virou um anjo.

Esse relato traz algumas situações que pessoas com deficiência e suas famílias vivem na Guiné-Bissau. Conhecendo um pouco esta realidade, buscamos aprofundar nossos conhecimentos no tema da educação inclusiva, com intuito de contribuir para mudanças no universo das pessoas guineenses com deficiência. Esse tema vem merecendo, atualmente, muita atenção da sociedade ocidental, dos Estados Nacionais e de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas- ONU.

Dizemos isso porque na Guiné-Bissau acontece justamenteo contrário, existem muitas crianças com necessidades educativas especiais, que não vão à escola devido à falta de apoio especialmente do Estado, mas também da sociedade e da família. Assim qual é o papel deste Estado, ou sua ausência dentro do contexto escolar das pessoas com necessidades especiais?

No entanto, a escolha do tema deste trabalho de pesquisa nos surgiu a partir dos debates

e leituras dos textos na disciplina de psicologia de educação e fundamentos da educação especial inclusiva, e das minhas vivências na Guiné-Bissau, confrontada com a forma como tratavam a filha da irmã gêmea da minha mãe, que nasceu sem deficiência, mas que através de uma doença ela ficou deficiente. Essas inquietações nos levaram a aprofundar mais no tema escolhido, considerando que a necessidade educativa das pessoas deficientes é complexa e ninguém escolhe ser deficiente. Por isso, uma pessoa com deficiência precisa de toda atenção e cuidados.

A partir do final do século XX, a questão da deficiência passa a ganhar importância, visto que em sociedades humanas não se pode negar esse direito a essas pessoas. Sendo assim, as pessoas com deficiência são encontradas em todas as faixas etárias, desde crianças até os mais velhos. Não importa o tipo de deficiência que a pessoa possa ter, o Estado deve optar pela criação de políticas públicas, com escolas inclusivas para todos. A melhor forma possível de proteger as pessoas com deficiência, é fazer acontecer a inclusão na prática. Isso exige uma reformulação, arquitetônica e curricular, promovendo a inovação no sistema educativo. Assim teremos garantido que a inclusão seja uma luta cotidiana pelo direito das pessoas deficientes.

Acreditamos nesse ideal, mas também é importante ter conhecimento e estar pronto para uma melhor convivência com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, porque isso será um instrumento para a redução da desigualdade e das barreiras, que atrapalham o desenvolvimento educacional, social e familiar das pessoas com alguma deficiência. Como futura pedagoga, nos atentamos à questão e procuramos contribuir com o sistema educacional da Guiné-Bissau, para que haja realmente educação para todos independentes da classe social, e especialmente para as pessoas com deficiência.

Compreendemos que o sistema de ensino para as pessoas com deficiência nas escolas públicas e privadas constitui uma barreira muito forte na garantia do direito dessas pessoas. A escola tem um importante papel: conduzir a inclusão dos cidadãos, dar apoio às famílias de deficientes, capacitar professores para lecionar e dar uma boa educação para todos. Esse é um grande desafio.

O trabalho tem um valor muito importante para a sociedade guineense e para o Estado da Guiné-Bissau, podendo contribuir para uma forma de pensar um novo currículo e alcançar objetivos em ajudar pessoas com deficiência a ocuparem o espaço que é deles por direito.

O Estado, junto ao Ministério da Educação da Guiné-Bissau, precisa dar atenção às escolas, especialmente para com a escola Bengala Branca, a primeira escola inclusiva do país. Também há Escola de Surdos e Mudos que fica situado na região de Biombo, sector de Prabís, em Cumura, no bairro Gardete. São estas as instituições mais importantes que incluem os alunos com deficiência. É importante pensar numa boa formação para docentes em capacitação, com

estudo de libras, e dinâmicas que ajudem na compreensão dos estudantes com deficiência. É necessário facilitar também a acessibilidade das pessoas com deficiência nas escolas e universidades públicas, assim como também nas instituições educativas privadas.

O objetivo da nossa pesquisa é compreender como ocorre o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência no processo de ensino e de aprendizagem na escola Bengala Branca.

Nosso interesse por este local, ocorreu por ser esta a primeira instituição educacional que promove a inclusão na Guiné-Bissau. Preparamos então nossa pesquisa realizando entrevista com 4 pessoas que se relacionam com esta instituição, 2 professores, 1 aluno, 1 família.

Realizamos assim uma pesquisa de campo, analisando os dados obtidos pelos entrevistados, amparando-nos nas fontes bibliográficas, especialmente na contribuição de Sanha Buli (2022), Julinho da Silva Silva (2023) e Jaqueline de Andrade Pereira e Joseane Maria Saraiva (2017).

Nosso trabalho se realiza em cinco capítulos onde no primeiro capítulo, falamos da Introdução, trazendo assuntos da realidade das pessoas com deficiência na Guiné-Bissau. O segundo capítulo trata da apresentação da contextualização da Guiné-Bissau e a política educacional guineense. O Terceiro Capítulo apresenta a inclusão, condição das pessoas com deficiência, realizamos algumas abordagens históricas trazendo pontos importantes de como eram tratadas as pessoas com deficiência e atualmente. O quarto capítulo apresenta os resultados adquiridos nas entrevistas feitas na Guiné-Bissau acerca do tema, como também análise das respostas, sob a ótica das leituras e ideias sobre a inclusão das pessoas com deficiência. Por último considerações finais sugestões a serem conduzidas na Guiné-Bissau para estabelecer a inclusão escolar como direito das pessoas deficientes.

2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

Apresentaremos o contexto, social, político, econômico e geográfico da Guiné-Bissau, já que isto é necessário, uma vez que vamos tratar da educação inclusiva na Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau situa-se na costa do continente africano. Faz fronteira com o Senegal ao norte, e, a leste e a sul, com a República de Guiné-Conacri. Ela é banhada pelo oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda mais de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós e tem oito regiões especificamente: Bafatá, Quinara, Gabu, Tombali, Bolama, Cacheu, Biombo, Oió, e o Sector Autónomo de Bissau (SAB).

Segundo Augel (2007, pp..50), “A Guiné Bissau um país plano, o clima é tropical, embora marítimo. Nas regiões do leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies áridas, enquanto selvas e floretas ocupam a parte ocidental.” Ela também tem muitas riquezas minerais. minerais.

O sector agrícola é o pilar da economia da Guiné-Bissau uma fonte de rendimento para 85% da população. Estas potencialidades são largamente sub-exploradas, podendo ser uma alavanca para acelerar o crescimento económico da Guiné-Bissau, sobretudo nas regiões do país com terras férteis, chuvas abundantes e biodiversidade muito rica. A agricultura desempenha um papel importante nas contas externas do país, e por isso tem um impacto significativo na estabilidade macro-económica da Guiné-Bissau. As exportações agrícolas representam mais de 98%do total das exportações de bens. Ela é de longe o maior empregador da economia. 65% do total constitui um factor muito influente no nível da pobreza do país. A Guiné-Bissau é atualmente o sexto maior exportador mundial de castanha de caju. O desempenho do sector do caju é notável, apesar de não ter sido objeto de particular atenção por parte do Estado ou de parceiros externos.

(DENARP, 2011, P. 25-78).

De acordo com o texto acima, podemos inferir que a chave para o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau e a redução do nível da pobreza entre os guineenses se constitui em maximizar as potencialidades agrícolas, uma vez que a agricultura não só contribui para a balança geral, mas ele representa mais de 98% das exportações, sendo o sector maior empregador com 65% dos empregos.

De acordo com o primeiro relatório de tendências (2022, p.14), “a Guiné Bissau é um país da África ocidental com uma população de 1,9 milhões de pessoas.” (DNES-ONU, 2019)

M'Bunde (2018), aponta que Guiné Bissau possui um território de 36.125 km². Conquistou a sua Independência como colônia dos portugueses no dia 24 de setembro de 1973, unilateralmente, e, em 1974, formalmente, com liderança do Amílcar Lopes Cabral, que foi um dos membros fundadores do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC).

Com o seu tamanho e pelas riquezas naturais que possui, a Guiné-Bissau tinha tudo para ser um país desenvolvido, só que não foi o caso, pois, desde sua independência, o país viveu muitos períodos de instabilidade política que dificultam o seu desenvolvimento. De 1994 (período das primeiras eleições) até a atualidade (2024), houve somente um presidente que conseguiu terminar o seu mandato, José Mário Vaz, que foi eleito no mês de maio de 2014 e o seu mandato terminou em junho de 2019.

2.1 A Política Educacional Guineense

Tem-se verificado que o governo da Guiné-Bissau está a tentar resolver, ou seja superar os obstáculos que se encontram na área da educação e criar condições para que haja educação para todos estudarem. Semedo (2006) no seu artigo, aponta que

na Guiné-Bissau, a falta de recursos apresenta-se para a educação com um dos grandes bloqueios no que tem a ver com o sistema de educação para que haja uma sustentabilidade, fazendo com que o incerto se torne o aperfeiçoamento do sistema educativo, porquanto o recurso afeto à educação, no orçamento geral do Estado vem baixando fortemente de ano para ano, sendo que entre 1987 e 1995 baixou de 15% para 10% e na previsão feita para 2006 está em 7,5%. Esta proporção equivale a 0,9% do PIB, comparado com a média na África subsaariana que é 4% do PIB, no mesmo período (entre 1987/95) (SEMEDO, 2006).

A Guiné-Bissau é um país rico em seu todo, mas apresenta problemas graves no aspecto concernente à educação, pois a falta de infraestrutura e condições necessárias ao bom funcionamento nas escolas é uma realidade majoritária. Inclusive muitos estudantes apresentam carência de materiais didáticos, sem esquecer a questão da língua, outra grande questão, pois o português é a língua oficial do país, a língua do ensino, mas existe a língua da unidade nacional, o crioulo, e, mais de 20 dialetos, que não são objeto de estudo nas escolas que existem na Guiné-Bissau.

A colocação da língua portuguesa como língua oficial em Bissau tem sido um obstáculo muito grande à aprendizagem. Isso faz com que hoje muitas dificuldades de aprendizagem pareçam insuperáveis, além de que a falta de uma educação bilingue na rede de ensino traga também a negação da língua e da cultura de um povo (SAMPA, 2015).

O sistema educativo da Guiné-Bissau, enfrenta muitas instabilidades políticas o que abala o próprio país, já que este depende muito da qualidade do ensino, uma vez que educação é uma forma de impulsionar o conhecimento, habilidades e competências que permitem o crescimento econômico e melhorias sociais. De acordo com a constituição da Guiné-Bissau (2019, p. 45) no seu artigo 16º § 1º diz que: A educação visa a formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e

contribuir para o seu incessante progresso.

Além disso, a educação deve promover a igualdade de oportunidades, garantindo que todos independentemente de sua origem ou condição social, tenham acesso ao conhecimento e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento. É muito necessário que a educação seja inclusiva e também esteja respeitando as diversidades culturais, étnicas e individuais.

O Contexto da Educação na Guiné-Bissau é banalizado pelos compromissos assumidos em vários fóruns Mundiais nomeadamente a Conferência de Jomtien 1990 confirmada posteriormente pelo Fórum Mundial sobre Educação para Todos (Dakar, abril 2000) e o consequente quadro de acção e, da Cimeira do Milénio realizada em setembro de 2000. (INE 2009, p. 16).

Percebemos nessa análise que mesmo fazendo parte de fóruns Mundiais, o Estado da Guiné-Bissau apesar dos assumir os compromissos internacionais demonstrados em conferências continua a apresentar problemas no setor educativo, incluindo infraestrutura inadequada, escassez de recursos, de formação e insuficiência de professores. No entanto, ela precisa ser efetivamente uma prioridade nas políticas de governo, pois a educação é um meio que transforma vidas, famílias, e também pode mudar o mundo ou países.

Trazendo um pouco de história, cultura da educação do povo guineense, podemos lembrar do modelo tradicional africano de educação, onde a passagem de conhecimento ocorre entre as gerações, sendo um processo natural de transmissão dos saberes. Antes da chegada dos colonizadores na Guiné-Bissau, as pessoas que já habitavam este território tinham a sua cultura, seus métodos de educação e transmissão do conhecimento, feito através da oralidade. Quando os colonizadores chegaram acharam que isso não passava de um ensinamento sem fundamentos, desqualificando o processo educativo, o caracterizando como uma educação não formal, mas sim informal.

Segundo Gohn (2006), a educação informal é adquirida no convívio social, nas interações entre as pessoas na família, entre os amigos, com os vizinhos, com colegas de escola, na igreja paroquial, ou mesmo através dos meios de comunicação de massa. Com isso os vizinhos, os pais, os líderes religiosos aparecem contribuindo de forma parcial na vida de cada indivíduo.

Antes da educação colonial na Guiné-Bissau, não havia nenhum profissional formado na área da educação para ministrar aulas Cá (2005). Não havia um método de ensino, nem toda uma estrutura curricular formada, ou tão pouco um edifício para a realização das aprendizagens, com cronograma e um tempo estipulado de início e o fim de cada ano letivo. Nesse sentido o modelo educativo de transmissão oral, torna cada pessoa adulta um professor, nele as pessoas aprendiam, ouvindo e praticando, sem determinação de tempo.

O aprendizado era conduzido dia após dia, o que significava que os conhecimentos eram passados de geração em geração. Tudo acontecia por meio de transmissão oral, nas cerimônias,

na contação de histórias ou nas rodas de conversas ao redor da fogueira. Assim os saberes passavam dos mais velhos para os mais novos.

De acordo com o Hampatê Bâ (2010, p. 196)

quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitido de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.

A tradição oral faz parte das tradições africanas, conduzidas pelos mais velhos, passada de boca a ouvido. Desse modo eles partilham e conservam a cultura pela tradição oral pelo selo ancestral. Os ancestrais são considerados uma biblioteca porque estes guardam os conhecimentos e os saberes. Esse processo educativo, conduzido pela tradição oral, também ocorre ainda nas comunidades rurais na Guiné-Bissau.

Para (LOPES 2014, p. 5) a mudança ocorrida com a colonização no seio da sociedade guineense, introduziu um novo processo de transmissão de conhecimentos, de saberes e de práticas, até aí esses eram socialmente passados de geração em geração, por meio de transmissão oral, ou através da imitação e participação em cerimônias coletivas.”

Enquanto isso, Cá (2005) vai dizer que: “a educação era constituída junto à experiência de saber e da especialização, em várias partes da vida humana. Que não ficava limitado a um certo período exato, mas sim era um processo contínuo ao longo da vida tendo conhecimentos através das experiências com os mais velhos ao longo do tempo”. Esta educação designada de educação informal é o inverso da educação formal, porque ao invés de aprender na escola se aprende nos espaços livres, de uma forma diferente de como se trabalha a educação formal.

A educação não formal ocorre onde todos zelam por um conhecimento. Diz Cá (2005), que ela é reconhecida por sua capacidade de trazer mudanças na sociedade, proporcionando aos indivíduos a oportunidade de interferirem na história por meio de conhecimento de uma forma significativa. Assim mesmo antes da colonização apesar de ausências das instituições escolares, existia o processo educativo, feito pela oralidade que continuaria ainda a ocorrer na sociedade africana guineense, mas se trata de um saber que é passado de boca a ouvido, de geração em geração, não aplicado à escritura europeia, em seus códigos linguísticos e numéricos.

Em 2011 foi aprovada a primeira Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense, na Assembleia Nacional Popular (ANP). Nos termos do artigo 85 °, n.º 1, temos:

§ 1º Visa a presente lei definir o enquadramento geral do sistema educativo. Art 2º. § 6º O sistema educativo deve adequar-se ao meio social que o envolve e visa o pleno desenvolvimento da personalidade humana, democracia e progresso social.

Na Lei de Bases do sistema educativo Guineense (LBSEG) traz no artigo 13º que,

Art 13.º O ensino Básico desenvolve-se ao longo de 6 anos e organiza-se em 3 fases sequenciais:

- a) 1.ª fase, que compreende o 1.º e 2.º anos;
- b) 2ª fase que compreende o 3.º e 4.º anos;
- c) 3ª fase que compreende o 5.º e 6.º anos;

No artigo 15º se define a estruturação do sistema do ensino Básico, ao determinar que

Art 15.º § 1º.a) 1.ª e 2.ª fases, o ensino é ministrado numa perspectiva global e caba a único professor, eventualmente, auxiliando em áreas especializadas como, nomeadamente, a educação artística ou a educação física;

b) na 3º fase o ensino é ministrado por áreas de formação básica em moldes interdisciplinares, cabendo a vários professores, à razão de um por área;

§ 4º. a) a 1.ª e 2.ª fases visa, principalmente a iniciação e desenvolvimento da leitura, escrita, aritmética, cálculo, expressões motora, plástica, musical e dramática;

b) a 3.ª fase intenta forjar no aluno uma bagagem de conhecimentos constituídas pela formação pessoal e social, que pode abarcar a educação sexual, educação sanitária, educação ecológica e do consumidor, pela formação física e desportiva, humanista, cívica, artística, científica e tecnológica e apta a despertar nele uma atitude crítica e criativa face a dados recebidos, assim como a permitir-lhe continuar a sua formação.

Art 17.º § 1º a) 1.º o ciclo ou tronco comum: 7.º, 8.º, 9.º anos;b) 2.º ciclo: 10.º, 11.º, 12.º ano;

Art 18.º § 1.º o ciclo funciona de acordo com um plano curricular unificado, envolvendo diversas áreas vocacionais e cabe a vários professores, à razão de um por disciplina.

Art 19.º b) conferir uma formação que, assente nas nossas realidades, seja capaz de sensibilizar os alunos para a resolução dos problemas nacionais e internacionais. (Djassi 2010, p.11) Apud Lopes (2014, p. 160-164).

Percebemos nestas normas uma regulamentação pautada em referência a sistema educativo ocidental, com mais influências do modelo francês, já que são 3 níveis de estudo na educação básica, os conteúdos e a metodologia pautam-se por padrões da pedagogia tradicional, onde a memorização e a superficialização do conhecimento conduzem o processo educativo. Nenhuma das práticas educativas conduzidas pela tradição oral foi incorporada a este sistema educativo, nem mesmo se propôs o ensino bilíngue, sendo o crioulo uma língua ágrafa.

A Guiné-Bissau além de ser um país diversificado é também multiculturais. Diversas línguas são faladas pelas pessoas que fazem parte de distintas etnias, tanto as que residem nas zonas rurais, como as das zonas urbanas. Cada etnia tem sua primeira língua como a língua étnica, contendo assim seus hábitos e suas próprias culturas. A língua crioula é a língua da unidade nacional.

Temos o crioulo que é falado pela maioria da população guineense: ela é a língua francado País e também é a língua da união nacional. Ele é a verdadeira língua franca do país de todo o território nacional guineense. O português, que é a língua oficial do país, é falada por menos da metade da população da Guiné Bissau. Porém é a língua da escolarização e dos meios de comunicação, da documentação oficial, do governo em todos os atos oficiais. (DJATA 2015, P. 29).

A língua crioula apesar de ser a língua da unidade nacional, é uma língua que aproxima os grupos étnicos, já que é uma língua falada por 90% da população guineense. E como segunda língua (falada depois da língua étnica), veremos a percentagem de acordo com a pesquisadora brasileira Moema Parente Augel (2006, p. 71), aponta que São falantes da língua crioula

guineense 90% ou mais da população. “ A grande maioria da população (90,45) fala crioulo, uma língua crioula baseada no português, enquanto os restantes dos habitantes falam uma variedade de línguas africanas nativas (línguas étnicas).”

No entanto, o português é considerado como a língua oficial do país, falada nas instituições de ensino, na administração pública, apresentando assim um número insignificante dos falantes. Ainda para Auget (2006) [...]. “Atualmente, partindo dos dados vulgarmente conhecidos sobre a realidade linguística da Guiné-Bissau, apenas 15% da população fala português como segunda língua.”

Tal concepção é corroborada pela análise de que o ensino em uma outra língua diferente das línguas nativas dos alunos e dos seus professores, causa grandes dificuldades de aprendizagem quando se sabe que no país contém diversas línguas, especialmente quando a diversidade linguística é encontrada numa sala de aula. (BANCO MUNDIAL 2009).

Ainda assim, mesmo com esta grande desvantagem da língua portuguesa no seio da sociedade guineense, ela continua a ser a língua oficial, única ensinada nas escolas adotadas no ensino e aprendizagem, já a língua crioula segue como uma mera língua que aproxima a população. Falar do sistema de ensino no contexto da Guiné-Bissau é falar dos desafios e dificuldades lançadas tanto para os pais, como aos alunos, visto que ambos têm dificuldades com a língua portuguesa, sem esquecer dos materiais didáticos que não são produzidas de acordo com a realidade dos guineenses, o que acaba dificultando a compreensão dos conteúdos. Na escola tem estudantes que não sabem falar bem o português, mas que dominam muito bem o crioulo, isso porque o português é aprendido e falado na escola, mas no próprio recinto escolar fala-se crioulo, porém em casa as línguas étnicas são predominantes. uma percepção que amplia a questão do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau é colocada por Mendes (2022) que destaca:

Na Guiné-Bissau o português é a língua oficial, língua de cultura oficial, a língua veicular do ensino e ela é que nos abre as portas do mundo afora. cremos que a sua presença é importante no país, mas que é preciso que se saiba adequá-la à realidade quotidiana das populações, especialmente no processo educativo, servindo dela não apenas como “língua da papeladas” (da administração), mas também como parte da nossa própria identidade. (MENDES, 2022, P. 39-40).

A partir disso, compreendemos que sendo a língua portuguesa oficial e não havendo uma condição de mudança no ensino de língua no sistema educativo, é preciso pensar em ajustar os livros didáticos para o contexto da realidade guineense. O ensino do português, muitas vezes, acaba só focando nos princípios gramaticais o que dificulta no desenvolvimento e a compreensão do ensino na aprendizagem do aluno.

As ofertas de vagas para estudar nas escolas na Guiné-Bissau acontecem de duas formas: oferta pública e privada. As escolas públicas são de responsabilidade do ministério da educação,

já as não públicas têm entes delegados os mais diversificados. Há escolas por regime de gestão privada, de natureza laica ou religiosa, católica ou muçulmana. Entre estas existem escolas comunitárias, de iniciativas locais ou de ONGs; escolas em autogestão, que possuem uma parceria público-privada, distribuídas entre três parceiros, a comunidade, a missão religiosa e o ministério da educação, mas a cobertura escolar predominantemente é feita pela oferta pública. (GUINÉ-BISSAU BANCO MUNDIAL 2009).

Na Guiné-Bissau a formação dos professores é um processo à política de descaso com a educação, pois o que se vê são profissionais sem qualificação dando aula, tanto nas zonas rurais, assim como nas urbanas.

Segundo dados do Banco Mundial (2009, P. 64) sobre educação na Guiné-Bissau temos:

Examinando a qualificação académica dos que não possuem qualificação profissional, verifica-se que na educação pré-escolar, 21% têm menos da 9ª classe, 42,5% têm a 9ª classe e 35,1%, a 11ª classe; no ensino básico 16% têm menos da 9ª classe, 40% têm a 9ª classe e 41%, a 11ª classe; no ensino secundário, 92,5% têm a 11ª classe e apenas 1,7% têm qualificação académica inferior a esta.

Assim, vê-se que uma boa parte de professores não possuem, uma formação académica adequada para dar aula, ou seja, existem professores sem haver frequentado cursos de formação ou mesmo concluído os níveis dos cursos para os quais foram contratados.

Existem pessoas que criam espaços para o ensino de alunos que não tem como se deslocar para uma outra vila ou bairro para estudar. Estas escolas tem por finalidade oferecer uma educação para estas crianças. São conduzidas, em sua maioria, por pessoas mobilizadas para oferecer instrução, já que o Estado não cumpre seu dever constitucional. Poucas delas possuem qualificação para exercer o magistério.

A alocação dos professores nas escolas no território guineense se dá por processo que acontece todo ano que, de acordo com o Banco Mundial (2009, p. 125) ocorre da seguinte forma:

Na primeira fase, a Comissão coloca os efetivos que desejam ser transferidos (mobilidade do interior para a periferia, em geral), os que reingressam e os professores-bolsseiros que terminaram a formação; na aceitação da mobilidade são tidos em conta os anos de serviço. Coloca ainda automaticamente todos os que terminaram o curso, com base na lista enviada pelas instituições de formação de professores; se, mais tarde, os colocados não levantarem a guia de colocação, fica-se a saber que não aceitam trabalhar no ensino. A colocação de todos os efetivos, feita pela Comissão, refere-se apenas à região e ao sector onde o docente irá lecionar; aos serviços regionais cabe a colocação numa escola específica. Não há critérios formais para a determinação da escola específica em que os professores são colocados.

O Banco Mundial (2009, p. 125) mostra, ainda, como é feita a seleção e alocação de professores contratados.

Para os contratados, realiza-se todos os anos um concurso documental

não havendo prestação de qualquer prova; podem candidatar-se os que já foram contratados em anos anteriores, ou não, indicando a região em que desejam lecionar; o requisito mínimo de habilitação é, a partir de 2001, a 1ª classe. O anúncio das vagas, pelas Direções Regionais da Educação, é feito através de fixação de anúncios ou de recurso à rádio local. Em primeiro lugar são colocados os já contratados anteriormente; estes são colocados na mesma escola, se esta não se manifestar em sentido contrário. No caso dos outros, se há mais candidatos que vagas, os candidatos são colocados por ordem decrescente da média de estudos. Também não há critérios formais para a definição da escola específica em que os contratados são colocados. Os contratos são assinados localmente e enviados à Direção dos Recursos Humanos do ME para efeitos de verificação e visto e subsequente envio aos Serviços de Administração e Finanças do Ministério das Finanças, para efeitos de cabimento e processamento dos salários.

De acordo com essa declaração, compreendemos que a contratação dos professores ocorre por indicação, já que ocorre por uma seleção que acontece todos os anos mas que devia seguir alguns critérios para determinar em quais escolas os professores serão colocados, onde a comissão levaria em consideração as necessidades das escolas, de qual conteúdo contratar o professor formado e pensar também na diversidade linguística da comunidade, selecionando pessoas que saibam falar a língua local. Outro ponto muito importante é que este concurso devia contar com uma prova e não apenas ser documental, porque com as realizações das provas para o concurso dos professores seria possível avaliar conhecimentos dos professores a serem contratados.

3. A DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO E DIREITO

A deficiência é real, não se pode esconder uma deficiência. Ela é um impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Para DINIZ (2007) a deficiência não só identifica a pessoa, ou seja, o corpo, em condições diferentes do corpo das pessoas que não possuem deficiência, mas também por outro lado, destaca os obstáculos na sociedade que limitam as oportunidades das pessoas com deficiência, sendo este o primeiro problema.

Segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência, (2011, p.3) “A deficiência faz parteda condição humana. Quase todas as pessoas terão uma deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, e aqueles que sobreviverem ao envelhecimento enfrentarão dificuldades cada vez maiores com a funcional idade de seus corpos “.

As pessoas com deficiência foram historicamente vistas com muito desprezo. Estas pessoas eram excluídas, não só pelas sociedades, mas também pela família. Os gregos, considerados, na antiguidade dos povos europeus, como muito inteligentes quando se tratava de conhecimentos, nas áreas da matemática, geometria, arte e entre outros, eles eliminavam aspessoas com deficiência, inclusive os bebês. Faziam eutanásia nessa sociedade antiga. As pessoas eram preparadas para uma batalha, e para as pessoas com deficiência isso acabava sendo um grande obstáculo, assim eram consideradas subumanas, pessoas sem aproveitamento.Sendo assim,

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviamde base à organização sociocultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. (ROLIM, 2008, P. 7).

O fato da rejeição dos deficientes na antiga sociedade Grega, com eliminação de pessoas e crianças com deficiência, nos faz pensar que mesmo numa sociedade de pessoas com alto nível de conhecimentos, aconteciam estas atrocidades, como se isso fosse algo muito elegante a se fazer, havendo a naturalização do extermínio. Essa situação leva a perceber a crueldade desta sociedade.

Os Romanos, na época antiga, os nobres como plebeus, podiam sacrificar os filhos que nasciam com alguma deficiência. As leis romanas não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. (MONTEIRO et al 2016).Eles tratavam as pessoas com deficiência com muito desprezo. Havia maltrato, abandono, pois estas pessoas eram inúteis aos olhos dos antigos Romanos. Não eram somente os nobres que podiam fazer isso, os plebeus também.

No Egito antigo, no entanto, sendo um país africano, as pessoas com deficiência eram tratadas de uma forma humana, não eram abandonadas, excluídas, e nem condenadas. Elas eram cuidadas. GUGEL, (2015. 02) nos fala sobre isso:

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos

funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com deficiência não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos.

Nesse sentido, no antigo Egito, deu-se a perceber que as pessoas com deficiência tinham os mesmos direitos que outras pessoas, o fato de serem deficientes não lhes impedia de ocupar altos espaços como funcionário do próprio Faraós, na sociedade em que viviam.

No mundo ocidental, depois da Segunda Guerra Mundial, as pessoas do continente europeu, começaram a dar mais importância para as pessoas com deficiência, devido a alta destruição causada por este conflito, que deixou muitas pessoas feridas e muitas com algumas partes do corpo mutiladas. Esses foram os heróis que sobreviveram à luta contra o nazismo e fascismo. Isso levou a sociedade a dar valor e a os ver com dignidade, e, um pouco mais de respeito para com as pessoas com deficiência, passou a ocorrer a busca pela reabilitação, com uma ação de integração, pois promoveram ações que buscavam fazer com que estas pessoas se ajustassem ao padrão de normalidade social. Tal perspectiva criou espaço para as pessoas com deficiência em escolas regulares nas classes especiais, por exemplo. Essa foi um ação de inicial de busca de uma certa convivência, embora ainda existissem muitas barreiras para pessoas com deficiência. Segundo: PEREIRA E SARAIVA, (2017, P. 8),

Após a Segunda Guerra Mundial, a formação do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus levou ao crescimento da preocupação com assistência e qualidade do tratamento da população de modo geral, incluindo as pessoas com deficiência. A partir deste contexto, programas e políticas assistenciais passaram a ser propostos no sentido de atender os pobres, os idosos, as crianças carentes e as pessoas com deficiência, em particular as vítimas e mutilados de guerra.

Deste momento em diante se começou uma nova era para as pessoas com deficiência, novos olhares, novos direitos. Antes as percepções concebiam apenas, que as pessoas nasciam com deficiência, mas após a guerra é possível ver que ser deficiente não é só de nascença, mas que também pode ser adquirida, pelos acontecimentos que as circunstâncias da vida nos trazem. Passou-se a compreender que a condições da deficiência pode ocorrer por nascença, outros pela doença, enquanto também para alguns pelo heroísmo.

Com isso, as pessoas começaram a dar mais ênfase, ao direito da pessoa com deficiência e assim se começa a ganhar nova consciência, deixar de lado o preconceito e ir à luta pelo processo da desconstrução da mentalidade das pessoas que excluem, desrespeitam, maltratam. Começa então a tratar as pessoas com deficiência, com respeito, cuidar sem discriminar ou excluir.

3.1 Inclusão

A Inclusão surge como proposta para as sociedade ocidentais a partir do fim da Guerra Fria. Essa concepção traz para a sociedade a necessidade de se ajustar e facilitar a vida das pessoas com deficiência. A ONU vem desde os ano de 1990 elaborando documentos e propondo ações voltadas a inclusão, especialmente a escolar.

Embora existam muitos desafios nos dias atuais com relação à inclusão das pessoas com deficiências, houve também alguns avanços significativos em termos das cobranças feitas pelas convenções da ONU , criadas para a conscientização de estratégias e métodos para levar a cabo a igualdade de direito à educação para todos os deficientes.

Para Magnusson (2019, p. 677) citado por Sanha (2022, P. 10).

A declaração de Salamanca é um ponto de partida primordial na pesquisa e na política da educação inclusiva. No entanto, vários problemas têm surgido desde a publicação da mesma declaração, ou seja, várias interpretações do conceito da educação inclusiva e a sua promulgação na prática surgiram.

A educação inclusiva tem o objetivo de estabelecer a igualdade de acesso à aprendizagem escolar para pessoas deficientes em salas regulares de ensino com pessoas sem deficiência. Com a chegada da Declaração de Salamanca, de 1994, foi necessário alterar a percepção de que a convivência nas salas de aulas regulares de estudantes com deficiência, e, os que não a possuem, devia valer mais a pena, do que a exclusão. Para tanto é necessário inicialmente que pessoas com deficiência se sintam acolhidas e assim possam juntas com os outros compartilhar o acesso ao ensino, porque a educação é um direito e não uma esmola.

No caso da Guiné-Bissau não podemos deixar de mencionar, que mesmo fazendo parte da ONU e havendo assinado o compromisso com os acordos proposto, que aponta para uma educação universal, para todos, pautada na educação inclusiva, temos que o preconceito prossegue, porque muitos ainda não estão preparados para aceitar nas escolas pessoas com deficiência. STUBBS, (2008, P. 37) mostra que:

Existem, no entanto, fraquezas e desafios na influência do movimento de pessoas com deficiência sobre a educação inclusiva. Debates dentro do movimento revelam que a educação inclusiva é ainda centrada no problema da deficiência, em vez de ser considerada no âmbito da qualidade de educação para todos. O fato da educação inclusiva ser hoje consagrada como um direito dentro de uma convenção sobre a deficiência é positivo, mas poderá reforçar essa percepção. As objeções à educação inclusiva tendem a basear-se numa interpretação restritiva, que se centra em inserir as crianças num sistema rígido existente, sem proporcionar igualdade de acesso à aprendizagem ou aos necessários recursos e apoios. Muitas vezes, a educação inclusiva é simplesmente equiparada com a escolaridade inclusiva, e não com os sistemas da educação inclusiva.

O fato de haver muitos debates sobre a educação inclusiva não garante romper imediatamente o preconceito, pois o processo de construção de aceitação de muitas pessoas na sociedade exige mudança na cultura, o que leva tempo para que novas atitudes sejam tomadas. É preciso falar sempre da obrigatoriedade da inclusão. Hoje em dia, quase, em todo mundo, existem direitos estabelecidos em que se garante a igualdade das pessoas com deficiência no acesso à escola regular, por outro lado, mesmo assim, ainda existem muitas pessoas com olhares de desgosto para com os deficientes, com pensamentos ainda da antiguidade, especialmente na sociedade guineense.

Na Guiné-Bissau a situação dos deficientes é bem difícil, ainda há muito preconceito enraizada nesta sociedade, muita discriminação social, falta de acesso nas escolas, altos números de pessoas deficientes analfabetas no país devido à falta de acessibilidade ausência de políticas públicas, inexistência de políticas de valorização para inserção de todos, já que todos têm os mesmos direitos. (INE) Instituto Nacional de Estatística vai confirmar isso ao apontar que a maior percentagem dos portadores de necessidade especiais analfabetas se encontra na zona rural da Guiné-Bissau, onde corresponde a 73,8% contra 26,2% do meio urbano. Isto pode ser explicado, em parte, pela falta de condições económicas e infraestruturas nas zonas rurais (INE 2009, P. 63).

Como podemos constatar acima, o maior número dos deficientes encontra-se nas zonas rurais. Mesmo a população deficiente, que vive nas zonas urbanas, enfrenta muitas dificuldades para estudar. Em termos das escolas, há falta de adaptação curricular, não há um incentivo à formação de professores sobre educação inclusiva, sem esquecer a falta de apoio familiar. Isso nos faz perceber o alto nível de dificuldades dessas pessoas, que vivem nas zonas rurais, pois o acesso à escola nesses locais, é bem mais complicado do que na cidade.

O relatório da Liga dos Direitos humanos na Guiné-Bissau (2010-2012), afirma que pessoas de diferentes etnias veem a deficiência como algo ligada às crenças de maldição, considerando-se a deficiência ao feitiço vinculada à situações onde rituais mal sucedidas impõem à pessoa um sinal dos “deuses,” como castigo afetando, tanto a família, quanto a aldeia. Por estes motivos muitos deficientes, foram abandonados colocados nos locais de entulho, as bagas , ou seja lixões, outras jogadas à beira do rio, dizendo que a criança que nasceu com deficiência é uma iran, ou seja uma serpente. Os mais velhos da comunidade fazem esse ritual e abandonam a criança com deficiência . Infelizmente é uma prática que acontece ainda nos dias atuais.

Para o Instituto Nacional de Estatística de Guiné-Bissau (2009, p. 9) “a estrutura por sexo dessa população mostra que a deficiência afeta 53,9% de homens e 66,1% de mulheres.” De acordo com esses dados mostra-se um número maior do sexo feminino de pessoas com deficiência na Guiné-Bissau.

Ainda para o Instituto Nacional da Estatística (2009) de Bissau as pessoas com deficiências vivendo no centro urbanos se encontram mais centralizadas, no setor autónomo que, relativo à capital, Bissau.

Em Bissau é onde se encontra o maior número de população com deficiência, ou seja, 24% da PcD reside (26,3% homens e 23% mulheres), seguido de Cacheu com 16,7% (18,5% mulheres e 15,2% homens), de Oió com 12,5% (12,7% mulheres e 12,3% homens), Gabu com 12% (12,4% homens e 11,5% mulheres) Bafatá com 11,9% (12,1% homens e 11, 8% mulheres), Biombo com 8,5% (9,4% mulheres e 7,8% homens), Tombali com 6,1% (6,5% homense 5,7% mulheres), Bolama-Bijagós, com uma taxa de incidência igual a 1,7%. (Instituto Nacional de Estatística, 2009, p. 11).

Vê-se que há um grande número de pessoas com deficiência em quase todas as regiões do Estado, que a capital de Bissau, chega a ser mais de um quarto da população de pessoas com deficiência do país. Cremos que 8% das pessoas com deficiência pesquisada não informaram o local onde vivem.

3.2 Serviço de apoio para as pessoas com deficiência na Guiné-Bissau

O apoio às pessoas com deficiência na sociedade guineense é um assunto de pouca intervenção do Estado, mas existem redes que ao longo dos anos vem desenvolvendo um ótimo trabalho no país, como o Centro de Reabilitação Motora (CRM) apoiado pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) que oferece o apoio financeiro e técnico, para esse centro são realizados serviços de reabilitação de pessoas com deficiência, oferecendo-lhes um serviço de saúde de qualidade. O CRM realmente é um centro de referência na região no tratamento das pessoas com deficiência na cidade de Bissau, assim até pessoas dos países vizinhos, também procuram esse centro. O diretor deste centro elencou que graças a ajuda dada ao CRM, o CICV por possível apoiar também a Federação das Associações das Pessoas com Deficiência permitindo-lhes participar nos Jogos Paraolímpicos de Tóquio, bem como nas comemorações do dia internacional de pessoas deficientes.

A Federação das Associações de Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência na Guiné-Bissau (FADPD-GB), foi criado no ano de 2009. Ela trabalha em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, e é sem fins lucrativos. Congrega mais de 30 associações afiliadas em todo território nacional e atua com todos os tipos de deficiência como: albinismo, auditiva, física/motora, intelectual/mental, múltipla. De acordo com o Handicap Internacional

(2001) a ONG Humanité & Inclusion(HI)

é uma organização que trabalha ao lado de pessoas com deficiência e populações vulneráveis, HI que trabalha em contextos de pobreza, exclusão, conflito ou desastres naturais. Os seus sectores de actividade são numerosos, nomeadamente: reabilitação, desmistificar sacos e prevenção de acidentes, acessibilidade, gestão de campos de refugiados, inclusão económica e social, educação, saúde / prevenção, desenvolvimento local, preparação aos desastres e redução de riscos, reabilitação e advocacia. Neste sentido, a HI trabalha com mais de 2.300 parceiros locais, nacionais e internacionais.

Outros grupos organizados como ONGs, de origem internacional, que têm apoiado as pessoas com deficientes na Guiné-Bissau são a Humanité Inclusion e a Handicap Internacional. Conforme as informações, vemos que a federação das associações também é uma das redes de apoio às pessoas com deficiência.

3. 3 Formação dos professores para atuar na área da educação inclusiva

Existe pouca rede de apoio para as pessoas com deficiência na Guiné-Bissau, e o estado pouco tem a contribuir para a formação dos professores para atuar na área da educação inclusiva. Lembrando que é de extrema importância esta formação porque a educação inclusiva é uma prática em construção, que precisa ser debatida para superar os desafios que ela traz. Com a falta de professores, esse lugar acaba sendo ocupado por professores da outra área onde o professor vai tentar se adaptar à nova realidade por falta de preparo para dar aula aos alunos especiais. Sem saber com quem vai lidar, o professor precisa trabalhar em colaboração com os alunos para trabalhar mais a comunicação e a interação entre ambas, que é fundamental para uma boa avaliação da competência do aluno.

De acordo com Baú (2014) a necessidade de se capacitar os professores, no sentido de se prover suporte técnico, didático e pedagógico, só se obterá com um fazer apoiado no saber e uma construção de conhecimento originada no fazer. Baú (2014, p. 53-53) vai dizer que.

Tendo em vista que a inclusão se aplica a todos, o professor tem um papel fundamental na escola e como principal desafio, construir e pôr em prática uma pedagogia capaz de atender e incluir os alunos com características pessoais e de aprendizagem que necessitam de uma pedagogia diferenciada. Para isso é necessário eliminar as barreiras da formação tradicional, na qual o professor é movido a ver o estudante sem suas peculiaridades.

Sendo assim, conforme aponta Baú (2014) é muito importante que as escolas estejam preparadas para atender os alunos com necessidades educativas especiais, promovendo as adaptações curriculares, especializações e a capacitação dos professores.

Tanto a escola, assim como, os professores precisam ser preparados para trabalhar com as diversidades de pessoas com deficiência nas salas de aulas. As edificações escolares, devem ser construídas com rampas para servir de acesso para as pessoas com deficiência.

Segundo Oliveira (2016, P. 14), ‘nesse sentido, a formação continuada torna-se de desenvolvimento adequado para promover o processo inclusivo’. A formação do professor fundamental importância para os professores que buscam uma capacitação do professor deve ser contínua tal Inclusiva. Investir na educação é investir no futuro para uma boa construção da sociedade como, uma vez que propõe Oliveira (2016) sempre haverá atualização denovos conhecimentos especialmente relativos à Educação.

4. A INCLUSÃO NA GUINÉ-BISSAU PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES

Escolhemos a Escola Bengala Branca porque é uma das escolas de referência da Guiné-Bissau, que recebe pessoas com deficiência e sem deficiência. A escola faz parte de uma iniciativa mais ampla lançada pelo programa alimentar Mundial (PAM), o governo da Guiné-Bissau e grupo não governamental internacional, Humanity & Inclusion. O fundador da escola Bengala Branca Manuel Lopes Rodrigues, era portador de deficiência visual desde os três anos idade, ganhou o prémio Nobel da Educação de Criança em Estocolmo, capital da Suécia, pelos seus 20 anos de luta por crianças cegas bem como crianças com outras deficiências na Guiné-Bissau. Conta com 390 alunos e 26 professores. A escola fica situada nos arredores da capital Bissau, tem contribuído muito no aprendizado dos deficientes. Ela se abriu para receber também alunos sem deficiência, além de ser um abrigo para crianças com deficiência que são abandonadas pelas famílias.

Fizemos a nossa entrevista com os professores e alunos da escola Bengala Branca, da sede, situado nos arredores de Bissau nas zonas do aeroporto internacional. Fomos ao encontro de todos os entrevistados que foram avisados antes, que estariam na escola para as entrevistas, isso ocorreu numa tarde. Foram entrevistados dois professores, um pai e um aluno.

Os termos E1, E2, E3 e E4 significam o entrevistado 1, 2, 3 e o entrevistado 4. Infelizmente não conseguimos entrevistar nenhuma professora da mesma escola. A nossa primeira pergunta da entrevista procurou entender a situação atual da inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas da Guiné-Bissau.

Perante os dados que obtivemos nas entrevistas feitas na escola Bengala Branca na Guiné-Bissau, através do roteiro elaborado foi possível compreender por parte dos entrevistados que não existe a educação inclusiva na Guiné-Bissau. Eles apontam que apesar de muito debatida a inclusão, não ocorre na prática. Um entrevistado comenta sobre a Educação Inclusiva na Guiné-Bissau, dizendo

O que tem na Guiné-Bissau não é considerado uma inclusão, porque os deficientes não são recebidos na escola de uma forma agradável, mas pouco a pouco já estamos a ser recebidos nas escolas e universidades até nesse momento eu posso dizer que temos somente duas escolas, ou seja, liceus que trabalham com deficientes como Liceu Samora Moisés Machel e temos alguns irmãos também que estão a estudar na escola católica no São João XXIII, em Queige. E nas universidades, graças a Deus, podemos apontar o Colinas do Boé (CB) a universidade Amílcar Cabral (AM) a Universitário Lusófono e por último Jean Piaget. Aqui na Guiné-Bissau o processo da inclusão é negativo não existe. É falada muitas das vezes, mas não colocada em prática, em prol da sociedade em que estamos. É só o título mesmo, estamos a esperar que o Estado, um dia, decreta isso como uma lei, a integração ou inclusão dos deficientes nas universidades, porque não existe uma legislação que rege esta prática. (E1).

Com base na resposta recebida percebemos que falta colocar muita coisa em prática para obter a inclusão das pessoas deficientes em Bissau, uma vez que se constata que os deficientes não são recebidos de uma forma agradável nas escolas e existem leis que não são cumpridas para que haja uma inclusão.

Percebemos-s por esta resposta que educação inclusiva é um problema enorme na Guiné- Bissau. Até então no ano de 2024, parece não haver melhora nenhuma, a sociedade ainda é muito preconceituosa com os deficientes isso por falta de conhecimento. As pessoas com deficiência são motivos de desprezo e preconceito nas escolas. Creio que isso ocorre não por falta da lei, porque já existe uma norma na constituição que preza para que todas as pessoas estudem, para ter a melhor capacitação e desenvolvimento. A Guiné-Bissau além de ser um país diversificado, também deve apresentar uma educação diversificada, incluindo todas as pessoas desde o ensino primário até à Universidade, e, não só nas áreas de inserção do profissionalizante. As pessoas com deficiência são capazes. É dever do Estado protegê-las. Segundo Silva e Panarotto (2014, p. 3), “[...] a inclusão é um movimento que busca repensar a escola para que passe de escola da discriminação para aberta a todos.”

Segundo entrevistado sobre a mesma pergunta trouxe os seguintes pontos, muito interessantes no que tem a ver com a inclusão dos deficientes nos ambientes escolares.

Primeiramente penso em mim, no meu filho e na minha esposa, segundo o motivo que me levou a colocar o meu filho para estudar na escola Bengala Branca. Vi que o meu filho precisa se integrar, conhecer o mundo e suas diversidades, aprender a respeitar os diferentes tipos de pessoas, independentemente da situação em que se encontra. Por quê? Porque colocando o meu filho na outra escola, que não tem deficientes visuais, deficientes motoras, ou deficientes físicos estaria dando um tiro no meu pé. Ele precisa estar neste espaço e aprender a dar valor a mim, como sua família e pelos outros, mesmo com comentários maldosos dizendo que essas pessoas (deficientes) não prestam e sabemos que não é bem assim, qualquer pessoa no mundo presta só somos diferentes, tendo ele aqui na escola, sinto que estou fazendo coisa positiva, por colocá-lo na escola em que estudei e estou trabalhando. (E2).

Percebemos que este professor, enquanto pai e pessoa deficiente, passou por muitas dificuldades ao longo da sua vida. Por ser uma pessoa que nunca baixou a cabeça, estudou mesmo com os maus tratos de professores. Hoje é professor. Diríamos que ele temeu que seu filho desenvolvesse tais comportamentos preconceituosos, que estão enraizados na sociedade guineense, e, não mediu esforços para fazer dele uma pessoa com uma mente aberta. Na sociedade guineense há famílias que muitas das vezes os maltratam seus membros quando o papel dos familiares é os tratar com respeito no seu ritmo, acolher, proteger, cuidar, abraçar e dizer para a pessoa que ela é especial e amada, porque o apoio familiar é muito importante para

seguir em frente e não desistir em meio aos obstáculos ao longo do caminho, principalmente na vida estudantil.

Da (2021, p. 9), “conviver e cuidar de uma pessoa com deficiência pode ser um desafio para familiares cuidadores.” Pessoas com deficiência necessitam de atenção, carinho e alguns cuidados especiais, de acordo com o tipo e grau de deficiência que possuem. Um outro entrevistado comentou,

Para que haja a inclusão as condições devem ser melhoradas como por exemplo ambientes adequados às condições das pessoas com deficiência. Nas salas de aulas podemos encontrar pessoas com deficiência, o professor não tem tempo para elas, nem sequer dispõe da metodologia adequada que possa acompanhar a situação da pessoa em questão. Os deficientes acabam muitas vezes por ficar fora do próprio sistema escolar, até porque o professor não tem interesse e nem se preocupa. As pessoas com deficiência têm que criar mecanismos, criar condições para se adequar ao próprio professor e ao sistema. Então, é difícil. As pessoas utilizam o termo inclusão, mas no fundo é integração, a inclusão escolar não existe na Guiné-Bissau. (E3).

Percebemos que é muito importante ajustar os espaços escolares, mas também se deve pensar nos professores, quando se trata do contexto da educação inclusiva, porque a educação inclusiva é aceitar alguém sem pensar na diferença. As escolas têm que pensar na boa formação e capacitação dos professores, para atender todos os alunos sem exclusão, porque os deficientes não precisam se adaptar para ocupar certos espaços, mas são as condições dos espaços que devem, se ajustar aos indivíduos, bem como promover métodos para que os deficientes se sintam parte de uma comunidade escolar, como pessoas que os tratem sem preconceito.

Por falta disso, se vê muitas pessoas analfabetas na Guiné-Bissau. Esse é um país onde acontece muita exclusão dos deficientes. Assim muitos estudantes deficientes acabam se afastando das atividades escolares. Para Sousa et al Benício (2018, p. 7), isto mostra que a escola como um todo deve ser preparada, para acolher o aluno especial. Não adianta a lei entrar em vigor se esta não for cumprida. A escola deve ser inclusiva, ou seja, ofertar às pessoas com deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem e convívio que um aluno não deficiente possui.

A inclusão na Guiné-Bissau é muito precária, os estudantes não são bem vindos nas escolas, o que é muito triste, há muito preconceito na sociedade, então a inclusão é muito precária e difícil de compreender é preciso muita conscientização do governo começando na sociedade e até nas escolas para promover um bom desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com deficiência. (E4).

A Prática docente pedagógica deve ser estruturada para que as pessoas com deficiência ao irem à escola, e estar na sala de aula apresentam autoestima elevada, porque muitas das vezes o professor não vê o potencial que este estudante tem. Apesar de suas limitações, ele é capaz

de fazer as coisas do seu jeito e no seu tempo. Todavia falta a paciência dos professores e isso requer uma mudança nas práticas educativas muito urgente. O ensino guineense é metodologicamente tradicional. Tudo que o professor disser é verdade. A mudança por outro lado deve ocorrer de forma que os professores pensem nas subjetividades individuais buscando atividades que vão promover o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno deficiente. Essa questão tem haver com a nossa segunda questão, quando perguntamos para os entrevistados como as comunidades locais estão envolvidas em apoio à educação inclusiva.

(E1) falar da sociedade guineense no que concerne à apoio a educação inclusiva, a inclusão e a integração de diferentes camadas de pessoas, faltam duas coisas nessa sociedade moral e empatia. Porque um deficiente é considerado incapaz de sair sozinho como ir numa escola resolver pendência as pessoas ficam perguntando do acompanhante dele (mas com quem ele vai sair)? Ressaltou também o risco que um deficiente corre ao sair sozinho, ser abandonado na rua em qualquer lugar, o motorista e o cobrador decidem simplesmente não levar um deficiente no transporte público, o valor da passagem pode ser alterado isso se for deficiente visual. Ele afirmou que hoje em dia as coisas tendem a melhorar um pouco, mas mesmo assim a sociedade guineense não está preparada para lidar com os deficientes. ainda falou sobre os deficientes motores, os cobradores (dizem na lambou n'torna lambu bu pé mas) que significa vou te erguer e os teus pés também, isso porque um deficiente motor não tem mobilidade para se levantar para entrar dentro do carro e tomar o seu lugar, o cobrador é quem deve ajudá-lo, por isso dizem que muitos acabam ignorando-os, mesmo que eles solicitem a parada do carro para os motoristas. Ressaltou que não são todas as pessoas que fazem isso, mas que existem pessoas de atitudes incomum que têm caráter e moral, ajudam pessoas deficientes. (E1)

Silva et al Santos (2017, p. 2) diz que “hoje as pessoas são excluídas do meio social por causa de suas características corporais, de acordo com suas estaturas físicas; a cor da pele; da condição financeira as deficiências visual, auditiva e mental.” Silva et al Santos (2017, p. 2).

Para a comunidade não é fácil ser mãe ou pai de um filho/a deficiente na sociedade guineense, por esta razão é uma sociedade onde muitas pessoas são analfabetos e os conhecimentos utilizados são empíricos, e os deficientes são considerados um peso muito grande por isso muitas famílias acabam não cumprindo a tarefa de leva-los a escola todos os dias embora tenha outros familiares que fazem com todo prazer, com todo amor, porque o desenvolvimento do seu filho é importante eu enquanto pai faço isso para meu filho, sou deficiente faço questão de ir para escola com ele todos os dias (E2).

Nesse caso, é possível compreender o fato abordado pelo entrevistado, (E2) tendo em vista a questão dele ser um pai deficiente, na Guiné-Bissau, ou seja, a comunidade guineense, está cheio de preconceito relacionado à deficiência, porque até hoje a grande maioria dessa população não é capazes de entender que a deficiência é uma limitação, que a pessoas têm possibilidade de realizar algumas atividades, como as pessoas normais. Por isso é de suma importância que os pais não deixem de levar seus filhos para escola, ao invés de verem eles

como um grande problema.

Outro comentou que, a comunidade local praticamente não se envolve muito com os deficientes uma vez que são considerados pessoas incapacitadas, e outros deficientes são vistas como iran. (E3)

Para Silva e Santos et al (2017) mostram que o papel dos familiares no caso é de se preocupar com a inclusão dos seus filhos portadores de deficiência nos espaços sociais, ultrapassando as barreiras encontradas e ir de encontro dos desafios a serem superados. Na sociedade guineense o quadro de preconceito é grande tal como aponta (E3). Os deficientes na Guiné-Bissau são considerados incapaz de fazer qualquer coisa Silva e Santos et al (2017, p. 17) comentam que

Incluir uma pessoa com necessidade especial é propiciar a ele um ambiente que possibilite novas experiências, garantindo o seu desenvolvimento, sendo necessário o preparo e a adequação das práticas pedagógicas do professor da área de trabalho para receber estes indivíduos no ensino regular, pois o professor ainda sofre com o despreparo para trabalhar com estas pessoas.

Um outro comentário que diz, que a importância da educação se revela capaz de promover mudança de mentalidade das pessoas quanto a percepção acerca das pessoas com deficiência. A família é a base nesse processo, para Sousa e Benício (2018, p. 15), “mesmo sendo criadas de uma forma diferente dos outros filhos da família, mesmo dentro das circunstâncias e divergências da vida, as crianças com deficiência precisam de uma boa educação, básica para viver uma boa familiaridade, ou convívio familiar e social.” (E4)

O governo guineense deve optar mais pela educação porque através dos estudos dá para ver a diferença, uma vez que a pessoa estuda a pessoa ela mais esclarecida com isso, a escola mudou a mentalidade de muitas pessoas atualmente porque antigamente as pessoas pensavam que deficiência era uma doença contagiosa, mas com os estudos mostra que são pessoas com as limitações não uma doença contagiosa. (E4).

Trouxemos outra pergunta para os entrevistados, onde perguntamos se estão cientes das políticas e regulamentos para educação inclusiva na Guiné-Bissau. O nosso primeiro entrevistado nos mostra que:

Bom, quando se trata de uma política que regula uma inclusão na Guiné-Bissau, deve ser levado em conta que existem deficientes no país, embora a autoridade guineense não veja isso, porque quem sensibiliza a sociedade a respeitar e cuidar dos deficientes são as ONGS e não as autoridades. mas os governantes do estado devem estar à altura de aceitar que existem muitas pessoas com deficiência na Guiné-Bissau, a sensibilização de pessoas deve ser responsabilidade deles. Não existe a educação inclusiva nas outras escolas, não existe acessibilidade que facilite pessoas com deficiência visual, motoras ou surdos e mudos, muitas das vezes as pessoas em cadeiras de rodas não têm acesso à escola porque tem escada e não tem uma zona de rampa, então, isso é uma das políticas a ser vigiada, porque o Estado deve pedir ou obrigar todas as escolas a construir rampas, já que se fala na inclusão das pessoas na

constituição. Podia ter casas construídas com acesso de rampas, locais de trabalho, hospitais porque não tem? se tiver uma lei que é aderida ou seja, cumprida ia ser muito bom para o cumprimento de construção de espaços com acesso para todo mundo, a fim de poder incentivar essas pessoas, a aderir à escola, a ter vontade de ir ao hospital, a ir a qualquer lugar. A falta de interesse do governo para com os deficientes levou a falta de políticas públicas para estacamada de pessoas (E1).

Lembrando que o termo política pública geralmente traz a compreensão de intervenção do Estado, referente às decisões governamentais de diferentes órgãos, ou seja, sectores, onde são postadas providências resolução de todos os problemas; económicos, políticas, sociais e entre outros.

Como podemos ver, de acordo com a fala do entrevistado, as leis sobre inclusão não são efetivas e percebemos em sua análise a falta de acessibilidade a lugares públicos, e, não só nas escolas. Isso afeta muito a vida dos deficientes. A sensibilização do governo para com as pessoas deficientes na comunidade guineense é muito precária. Uma coisa também que o Estado faz, mas que tem procura por parte das famílias dos deficientes, é o apoio financeiro O entrevistado E1; coloca que

O Estado, como dono do território, pode incentivar apoiando financeiramente os familiares por exemplo, como acontece no Brasil. Lá dão o que nós chamamos aqui de pensão, algumas vivem de pensão, no Brasil. Mas é muito pouco em Guiné-Bissau, é um valor muito simbólico 9.500 FCFA, (que equivale a R\$80,72). Para ajudar um familiar eu acho muito pouco esse valor, já que os ministros e presidente recebem muito bem. Ainda é um processo muito demorado para receber este valor de 9.500 FCFA. O valor pago como pensão em Guiné-Bissau é menor que uma esmola, algo, aviltante. Assim as famílias de pessoas com deficiência que necessitam passar uma grande loucura para receber esta quantia irrisória, não buscam por este direito, diminuindo os registros estatísticos do país referente à situação das pessoas deficientes (E1).

Esse entrevistado aponta o valor insignificante pago de auxílio ou benefício para as famílias das pessoas com deficiência. O processo para esse direito é bastante penoso, pois há vários exames, consultas e documentos a serem feitos, algo bastante custoso e difícil de ser realizado, tendo em vista que todas as consultas, exames e documentos para autenticar são caros e pagos. Deste modo, esse processo de reconhecimento das incapacidades das pessoas deficientes é muito caro e complicado, algo quase impossível de ser feito pela maioria da população.

De acordo com o Ministério da Cidadania (2020, p. 9), no Brasil foi lançado em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse é um sistema público que visa garantir a proteção social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS é coordenado pela

Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (SNAS/MC) e conta com a participação dos estados, municípios e Distrito Federal, conselhos e organizações da sociedade civil

Tendo em conta essa situação, vimos que o Ministério da Cidadania, no Brasil, nos mostra que famílias de baixa renda, com pessoas com deficiência, recebem o benefício de prestação continuada -BPC, que tem valor de um salário mínimo.

A situação dos deficientes na Guiné-Bissau é muito lamentável. As famílias das pessoas com renda baixa das classes populares, já desfavorecidas pelo Estado e pela sociedade recebem o valor de 9.500 FCFA. Isso não dá nem para a pessoa comprar arroz e os produtos de necessidade básica de alimentação para um dia. A Guiné-Bissau é um país, onde é comum as famílias terem mais de oito pessoas, numa casa só, sendo sustentados por uma única pessoa.

Então esse é um valor muito baixo, para ajudar um chefe de família, que às vezes deixa de ir trabalhar para cuidar do filho deficiente. Caso isso ocorra, seu salário será descontado. É preciso realmente a criação de um programa de apoio muito urgente para ajudar os familiares dos deficientes.

A fala de um outro entrevistado comentou sobre a inclusão escolar ao dizer que:

Aqui em Bissau, basicamente, não temos uma lei especial. Na lei de base do Ensino Especial, que dispõe apenas dois artigos, falou pouca coisa sobre a inclusão, mas não existe uma política, assim, tendente ou que possa permitir às pessoas com deficiência, sobretudo incentivar as pessoas com deficiência. Muitas vezes as pessoas com deficiência sofrem porque são menosprezadas, não têm condições de assumir, ou seja, pagar as propinas (mensalidade) e os familiares não dão atenção a eles seria bom que o próprio Estado criasse as condições que possam permitir às pessoas com deficiência frequentarem a escola sem preocupações (E3).

Realmente as normas acerca de educação inclusiva na lei da educação são irrisórias, talcomo aponta a fala do entrevistado E3. Na Lei de Base da educação guineense realmente existem somente dois artigos, que falam um pouco das pessoas com deficiência. O artigo 33º, que traz o conceito de educação especial no seu primeiro ponto ao esclarecer que “a educação especial tem vista ministrando cuidados adequados a indivíduos portadores de deficiência físicas ou mentais e as crianças sobredotadas.” Já o artigo 34º comenta sobre a estruturação da educação especial abrangendo quatro pontos.

1. A educação especial realiza-se em estabelecimentos regulares de ensino, bem como em estabelecimentos específicos, em função do tipo e grau de deficiência e do ritmo de aprendizagem.
2. Os currículos, programas e sistemas de avaliação devem ser adaptadas a cada tipo e grau de deficiência, assim como ao ritmo de aprendizagem do educando.
3. O Estado e outras entidades públicas e privadas devem apoiar ações na área da educação especial.

4 A deficiência de regimes gerais da educação especial, no âmbito, nomeadamente. Pedagógico e técnico, compete ao departamento governamental responsável pela coordenação da política educativa. (LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO 2010, p. 15).

Nesta norma percebemos a falta de definição sobre a financiamento das ações para a inclusão nas escolas, bem como de que forma serão avaliadas as ações para a inclusão. Indagamos aos entrevistados sobre como viam o papel do governo na promoção de educação inclusiva? O comentário dos entrevistados foram

No que concerne com a nossa quarta questão, o primeiro entrevistado vai dizerque, os governantes da Guiné-Bissau são arrogantes e ainda fazem promessase não cumprem e por fim fazem questão de esquecer das pessoas com deficiência e faltam com respeito essa camada (E1). Já para o quarto entrevistado como pai de família ele traz um apelo pedindo que as emissões dos documentos como cédula pessoa (registro de nascimento), Bilhete de identidade o papel do governo é de pautar para que todas as crianças possuam documentos de uma forma gratuita para que possam fazer as matrículas nas escolas. uma vez que estes documentos foram liberados de uma forma gratuita o próprio estado poderá cobrar dos pais a falta do ingresso dos filhos nas escolas. E além de fazer documentos de graça as pessoas com deficiências e seus cuidadores que ainda estudam deveriam também ter acesso na escola de uma forma gratuita, isso para garantir o bem estar e os bons cuidados dos deficientes (E2).

Entendemos que a Constituição da República da Guiné-Bissau não deixou em seu artigo 49º sobre a gratuidade escolar nas escolas públicas. Esse é um fato que não se vê na prática. Nas escolas públicas as mensalidades são pagas pelas famílias. Se o aluno não pagar, este não tem o direito de estar na escola, em sala de aula para assistir aula. Isso porque quando se trata das políticas públicas na Guiné-Bissau se vê um vazio muito grande, que precisa ser preenchido pelo poder público. Um entrevistado comentou que

O papel do governo com a inserção em relação às pessoas com deficiência no que tem a ver com a educação acredito que está na fase de construção, os professores são colocados aqui na Bengala Branca pelo governo, não basta só colocar professores e acabou os professores precisam de uma formação de capacitação. Porque fazer colocação é fácil, mas o problema é se esses professores vão acompanhar as necessidades dos alunos com deficiência. Vaiser difícil sem a formação de capacitação. Não se pode falar de uma política assim por parte do governo em relação às pessoas com deficiência, porque falta muita coisa para pensar. O governo tem uma responsabilidade enorme não só de observar ou colocar os professores em todas as regiões do país. As pessoas entram sem ter nenhuma formação, sem capacitação adequada para lidar com os ofícios, esse problema acontece aqui porque falta uma boa política de gestão (E3).

Aqui se vê a preocupação deste entrevistado como os professores que trabalham com os alunos deficientes, onde ele destaca que não basta somente o Ministério da Educação colocar

professores para dar aulas para estudantes com deficiência, mas é preciso formá-los e acompanhá-los. Boa parte das dificuldades começam a ser apresentadas na aprendizagem dos alunos lecionando para os com deficiência devido a não formação dos professores. É por carências de mestres que alguns partem para ensinar.

A formação dos professores deve ter uma ligação com a inclusão considerando os estudos teóricos e bibliográficos de cada disciplina da formação pedagógica deveria abordar aspectos relativos ao campo de deficiência como a forma de buscar mais conhecimento e avanços, tornando assim o fato de direcionar a prática pedagógica com a representação inclusiva. Nesse sentido um entrevistado comenta

O estado, através da escola de formação, em que deveriam incluir, por exemplo, uma pessoa com licença visual, escrita braile, os professores iam aprender isso sobretudo a metodologia da inclusão, uma cadeira que tratasse de tudo ou um pouco de como trabalhar ou seja, conduzir aulas numa sala inclusiva quando esses professores saírem e forem colocados nas regiões, estariam em condições de atender tais questões, mas isso não acontece, isso seria uma política que poderia ajudar na melhoria da educação para os deficientes. Em Bissau, quase ao redor, como aqui em Bengala Branca. E2

A necessidade de formação de professor sobre inclusão é muito relevante pois, para trabalhar com deficientes, o professor tem que saber exatamente como essa criança aprende. Deve haver o acompanhamento do Estado nesse processo, sendo que relevante que haja professores especializados para trabalhar com deficientes.

A escola hoje em dia é considerada a chave que abre as portas do mundo de acolhimento das pessoas com deficiência. Quando perguntamos sobre as estratégias que as escolas estão utilizando na Guiné-Bissau para adaptar o currículo e as atividades de ensino para atender às necessidades dos alunos com deficiência tivemos estas respostas.

A estratégia que escola Bengala Branca usa, para incentivar os familiares a deixarem seus filhos deficientes irem para escola, sem pensar que ele vai só perder tempo, que não vai ter rendimento nenhum as escolas para adaptar o currículo, não só o currículo, mas também as atividades para atender o público diferenciado. Na verdade, na Escola Bengala Branca acontece que as estratégias utilizadas há anos, ainda estão valendo. A escola faz a sua parte e as famílias também (E1).

Um outro entrevistado comentou

Os familiares não pagam a mensalidade dos seus filhos deficientes na escola de Bengala Branca. As matrículas são de graça, não há mensalidades nem se cobra por materiais escolares e uniformes. É preciso apenas levar os documentos para fazer as inscrições dos alunos para começar os estudos.

Sobre os materiais curriculares existem professores que dão um jeito de tentar enquadrar o aluno no ensino. A gratuidade da Escola Bengala Branca já é uma das estratégias que o Estado deve utilizar para melhorar o ensino inclusivo na Guiné-Bissau. Apoiar a formação dos professores para a melhor capacitação, para dar aulas para esta camada de pessoas, incentivando que isso possa funcionar (E2).

A Escola Bengala Branca é uma das poucas de Guiné-Bissau que possui inclusão, com uma estratégia que motiva os pais a levarem os filhos para escola. Nesse sentido ela é um exemplo para o país, pois consegue oferecer uma educação gratuita, com refeições, professores comprometidos, e materiais adaptados. Deste modo, já existe uma experiência exitosa de inclusão em Guiné Bissau, onde o ensino inclusivo ocorre entre alunos com deficiência e os que não a possuem, cabe assim o Estado ampliar tal programa educativo, sendo uma oportunidade de combater o preconceito presente na sociedade guineense

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível a ausência do Estado de Guiné-Bissau no processo da inclusão das pessoas com deficiência no sistema educativo tendo em vista este ser um país que possui um grande número de pessoas com deficiência, tanto nas zonas urbanas, quanto rurais. Essa é a realidade que envolve pessoas de várias faixas etárias, dos mais pequenos aos mais velhos. A falta do interesse com os cuidados com essas pessoas é muito grande na Guiné-Bissau, começando por parte dos próprios familiares isso reverbera na falta de conscientização do Estado e em seus governos, e também, pela própria sociedade.

As pessoas com deficiência devem ser respeitadas pela sociedade, começando em casa com os familiares. O interesse do acesso à inclusão escolar deve partir dos familiares que devem contar com ajuda do Estado e a com apoio da comunidade, na qual fazem parte. Os deficientes têm sido muito discriminados, abandonados, isolados já foram lhes atribuídas maldições. Isso tem sido marcante nessa sociedade, todavia estamos no século XXI, vivendo num novo mundo, com a tecnologia muita coisa mudou, mas falta mudar para os deficientes, onde a educação inclusiva deve ser compreendida e vivenciada na prática, com a criação das políticas públicas que viabilizem a inclusão dos deficientes em todos os espaços sociais, iniciando pelas zonas escolares. É através deles que podemos alterar padrões culturais, onde as pessoas deficientes são vistas como seres desprezíveis e malévolos.

Então, é importante que haja o envolvimento institucionais públicas e privadas que lutem por uma boa formação dos professores para minimizar as dificuldades nas salas e nas aulas inclusivas, porque na verdade independentemente de haver um deficiente em uma sala de aula, também é presente uma grande diversidade de alunos o educador precisa estar pronto e preparado pedagogicamente para atender às diversidades encontradas numa turma inclusiva. Visto que o país está longe em ter uma sociedade inclusiva, é preciso a intervenção do Estado para uma compreensão social acerca dos deficientes para que haja a redução da desigualdade e das barreiras que atrapalham a inclusão, o ensino e a aprendizagem das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, lembrando que ninguém escolhe nascer com deficiência.

Para minimizar os desafios na inclusão na Guiné-Bissau, é necessário que o Estado, reconheça a existência dos deficientes, porque o próprio Estado não promove o registro

estatísticos reais desta população, algo que ajudaria na tomada de consciência da existência das pessoas com deficiência, bem como poder desenvolver e implementar políticas educacionais inclusivas que garantam o acesso igualitário à educação das pessoas com deficiência, nas escolas regulares, do país. Pensar nas adaptações e infraestruturadas escolas públicas e privadas, em torná-las acessíveis com rampas, banheiros, livros didáticos como braille e linguagens de sinais, e, sinais de sinalizações. Espaços que permitem melhor movimentação para os deficientes nos espaços escolares.

Por fim, a realização deste trabalho nos fez compreender melhor sobre o tema, de acordo com o desenvolvimento do estudo com nossos entrevistados nos permitiu entender com mais detalhe sobre a realidade, a vivência do ensino e aprendizagem na educação inclusiva em Guiné-Bissau. Então esperamos que este estudo possa ser útil para todos os envolvidos em vista disso, o Estado deve tomar providências sobre seus deveres, sencibilizar a sociedade em tratar as pessoas com deficiência, com mais respeito criar leis favoráveis aos deficientes, e, que lhes dão direito a educação. Esta pesquisa pode servir de suporte para trabalhos que futuramente serão realizados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ivelise Kraide. **A formação docente no contexto da educação Inclusiva**. 2012 trabalho de conclusão de curso de (especialização em educação especial), Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69898/000874685.pdf?sequence=1> Acesso em: 03/04/2024.
- AUGEL, Moema Parente. **O crioulo guineense e a oratura**. SCRIPTA. Belo Horizonte. v10. n19. p 69-91. 2º sem 2006. Disponível em: file:///C:/Users/plped/Downloads/13939-Texto%20do%20artigo-49824-1-10-20170120.pdf Acesso em: 28/03/2024.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAÚ, Marlene Alami. **Formação de professores e a educação inclusiva**. Revista Belo Horizonte: Nadyala, 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Política Docente na Guiné-Bissau**. 2009. Disponível em: https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pf-relaappe/campos_furtado_2009.pdf. Acesso em: 14/05/2024.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRITO, Luana da Silva. Et al. SILVA, Suzankelly Maria da. **A Formação de Professores na Educação Inclusiva**. Trabalho apresentado para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia. 2021. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3924/1/tcc_luannabritoesusankellysilva.pdf acesso em: 21/04/2024.
- BULI, Sanhá. **Educação Inclusiva no Ensino Primário Guineense**, dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre na área de educação educação social e intervenção comunitária. 2022 disponível Em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/4156/1/FINAL%20DA%20DISSERTACAO%20-BULI%20SANHA.pdf> acesso Em: 18/03/2024.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau** / Lourenço Ocuni Cá—Campinas, SP: {s.n.}, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/plped/Downloads/ca_lourencoocuni_d.pdf Acesso em: 28/03/2024.
- CICV. Guiné-Bissau: **centro de reabilitação apoiado pelo CICV oferece serviço de qualidade a pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/guine-bissau-centro-reabilitacao-apoiado-cicv-oferece-servico-qualidade-pessoas-deficiencia>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Centro de estudo e de Apoio às Reformas Legislativas Faculdade de Direito de Bissau 2019**. Disponível em: https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/crgb_annotada_versao_final.pdf. Acesso em: 11/06/2024.

CONVENÇÃO. Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Ministério público Portugal**. Adotada a 13 de dezembro de 2006 (resolução A/RES/61/106) e aberta à assinatura em nova Iorque a 30 de março de 2007. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 18/03/2024.

DA. Silveira Andresa. **Cuidado e convívio com pessoas com deficiência** - Guia para familiares e cuidadores / Andressa da Silveira; ... [et al]. 1ª ed.-Frederico Westphalen; Editora Gráfica Grafimax, 2021 Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/378/2021/08/Guia-para-familiares-cuidado-a-pessoas-com-deficiencia.pdf>. Acesso em: 10/04/2024.

DINIZ, Debora. **O que é Deficiência** / Debora Diniz. - - São Paulo : Brasillense, 2007. - - (Coleção Primeiros Passos ; 324) Bibliografia ISBN978-85-11-00107-5 1. Deficientes I. Título. II Série 07 - 1338 CDD-362.1 Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf. Acesso em: 15/03/2024.

Disponível em: file:///C:/Users/plped/Downloads/4227-14246-3-PB%20(1).pdf Acesso em 28/03/2024.

DJATA. Fátima. **Pensando sobre o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Pensando Áfricas e suas diásporas**. Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas - parte 1, www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas NEABI UFOP - Mariana/MG Vol. 01 N. 01 - jan/jun 2015. Disponível em: file:///C:/Users/plped/Downloads/1119-Texto%20do%20artigo-2223-2-10-20180512.pdf. Acesso em: 28/03/2024.

Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, v. 02, n. 10 - 2014 ISSN 2175-1846

Federação das associações de defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência na Guiné-Bissau (FADPD-GB). Disponível em: <https://nanomon.org/redes/federacao-das-associacoes-de-defesa-e-promocao-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-na>. Acesso em 07/07/2024

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas..** Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar., 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 28/03/2024.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível Em: <https://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2019/03/A-pessoa-com-defici%C3%Aancia-e-sua-rela%C3%A7%C3%A3o-com-a-hist%C3%B3ria-da-humanidade.pdf>. Acesso em: 15/03/2024.

GUINÉ-BISSAU, **Banco mundial. Política docente na Guiné-Bissau**. Bártole Campos Consultor Internacional (UPI nº 314848) Alexandre Furtado Consultor Nacional Versão Final Outubro de 2009. Disponível em: https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pf-relaappe/campos_furtado_2009.pdf. Acesso em: 04/04/2024.

HANDICAP, International, Chamada para candidaturas - Consultoria (à distância e no terreno). **Desenvolvimento de uma estratégia e um plano de ação nacional de educação inclusiva para a Guiné Bissau** E41-2021-DAKA-144. Disponível em: https://www.coordinationsud.org/wp-content/uploads/E41-2020DAKA-144_TDR_Consultant-EI_Pt.pdf. Acesso em: 09/06/2024.

História, geral da África, I: **Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed.rev. – Brasília ; UNESCO, 2010. 992 P. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod_forum/intro/hampate_ba_tradicao%20viva.pdf Acesso em: 26/03/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral da população e habitação, Guiné-Bissau**. 2009. p. 2-146.

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO. Promulgada em Bissau, 2010. Disponível em: <https://fecong.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>. Acesso em: 07/07/2024.

LOPES, Lopes Luísa da Silva. **A lei de base do sistema educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política**. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre pela a universidade de Aveiro 2014.

LOPES, Luísa da Silva Lopes e. **A lei de bases do sistema educativo da Guiné-Bissau: Uma análise do processo de construção política**. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação. Disponível em:

file:///C:/Users/plped/Downloads/A%20LEI%20DE%20BASES%20DO%20SISTEMA%20EDUCATIVO%20DA%20GUIN+%C3%AB-BISSAU%20(2).pdf. Acesso em: 29/06/2024.

M´BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas brasileira e chinesa para Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro. 2018.

MENDES, Abubacar, **O uso de manuais no ensino-aprendizagem de português na Guiné-Bissau**. Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre 2022. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/56811/1/ulflamendes_tm.pdf Acesso em: 28/03/2024.

MINISTÉRIO da CIDADANIA. Proteção e promoção social de pessoas com deficiência no Brasil: **Uma abordagem a partir de indicadores sociais e relatos de caso Brasília/DF | Setembro/2020**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Relatos%20de%20Caso_4_Final.pdf acesso em: 17/04/2024

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DO PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL – Segundo Documento de Estratégia Nacional de redução da Pobreza– DENARP II. Bissau, 2011. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/afonso+jos%C3%A9/FMfcgzGxRxBGrPgZjgbqQXSHVXhbJhJL?projector=1&messagePartId=0.1> Acesso em 29/06/2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Educação Especial: história, Etiologia, Conceitos e Legislação vigente**. Baauru, 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/livro2.pdf> Unicef Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau (2022-2028) Disponível Em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf Acesso Em: 14/03/2023.

MONTEIRO. Carlos Medeiros. Sales Jussara Jane Araújo. Sales Rosa Janisara Araújo. Nagasaki, Takeche Gomes. Pessoas com deficiência: a história do passado ao presente. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sicied y multiculturalidad, vol. 2, núm. 3, pp. 221 - 233, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5746/574660899019/html/> Acesso em 07/07/2024.

OLIVEIRA, Janaina Brum. **Educação inclusiva: (re) pensando a formação de professores**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Cerro Largo, 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/402/1/OLIVEIRA.pdf> Acesso em: 02/04/2024.

OLIVEIRA, Juliana Thais de; REIA, Leticia. **A Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual no Ensino Regular.** Lins, 2017. 54p. il. 31 cm. Monografia apresentada ao centro Universitário Católico Salesiano, Auxilium- UniSALESIANO, Lins-SP, para graduação em pedagogia, 2017.

PEREIRA, Jaqueline De Andrade e Saraiva, Joseana Maria. **Trajetória histórica da população deficiente: da Exclusão à Inclusão social / SER social**, Brasília, v. 19,n. 40, p. 168, jan./2017. Disponível em: <file:///C:/Users/plped/Downloads/admin.+11.pdf> . Acesso em: 15/03/2024.

PESSOTTI, I. (1984). **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo.

RELATÓRIO DE TENDÊNCIA 01. **Guiné-Bissau: Explorar alternativas de desenvolvimento**. Tendências económicas e humanas para o desenvolvimento até 2040. copyright 2022 By United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: <https://korbel.du.edu/sites/default/files/2022-06/UNDP%20Guinea-Bissau%20Report%201%20Portuguese.pdf> Acesso em: 29/06/2024.

Relatório mundial sobre a deficiência, **Pessoas com deficiência - estatística e dados numéricos. 2. Pessoas com deficiência - reabilitação. 3. Prestação de serviços de saúde.** / World Health Organization, the World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo: Título original: **World report on disability** 2011 ISBN 978-85-64047-02-0. 1. 4. Crianças com deficiência. 5. Educação Especial. 6. Emprego apoiado. 7. Política de Saúde. I Organização Mundial da Saúde. Banco Mundial. II. Título.

República da Guiné-Bissau Lei de base do sistema educativo. Disponível em: <https://fecong.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>. Acesso em 16/04/2024

ROLIM, Olga Maria Piazzentin. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**, Bauru, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/plped/Downloads/Caderno%202%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/plped/Downloads/Caderno%202%20(1).pdf). Acesso em: 29/06/2024.

SAMPA, Pascoal Jorge. **Situação do ensino pública em Guiné-Bissau: desafios e possibilidades para uma educação de qualidade Campina Grande**, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, realize editora, 2015.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como Direito**. 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf. Acesso em: 14/04/2024.

SEMEDO, Odete Costa. Guiné-Bissau: **histórias, culturas, sociedade e literatura**.

SILVA. Cleunismar. Et al. PIRES Hélder. **Controlo social das políticas públicas na Guiné-Bissau: Dinâmicas de participação das organizações da sociedade civil 2022**. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2022/08/estudo-pp-guine-bissau.pdf> Acesso em: 14/04/2024.

SILVA. José Pretto. Et al Panarotto Janice. **A Inclusão no Contexto Atual**. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf>. Acesso em 10/04/2024

SILVA. Julinho da Silva. **Educação Especial e Inclusiva das Pessoas com Deficiência Visual na Guiné-Bissau: Uma Análise a Partir das Políticas Educacionais Brasileiras**. Trabalho de conclusão de curso pós graduação em Educação Universidade Federal de Santa Maria. 2023.

SILVA. Kelly Lourenço Trindade da. Et al. SANTOS Ricardo dos. **Inclusão social na escola e na sociedade 2017**. Disponível em: file:///C:/Users/plped/Downloads/7396-32177-1-PB.pdf acesso em: 21/04/2024

SOUSA. Thaís Teixeira de. Et al. Benício Edgard Ricardo. O papel da família na educação inclusiva, instituto federal GOIANO 2018. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2969/1/tcc_Thais%20Teixeira%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 14/04/2024.

SUBBS, Sue. **Educação Inclusiva Onde existem poucos recursos**. Oslo, Norway, The Atlas Alliance, 2008. Disponível em: https://www.eenet.org.uk/resources/docs/fl_68.pdf. Acesso em: 18/03/2024.

APÊNDICE

Estas foram as perguntas de nossas entrevistas:

NOME

FORMAÇÃO

- 1) Como você descreveria a situação atual da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas da Guiné- Bissau?
- 2) Como as comunidades locais estão envolvidas em apoio à educação inclusiva?
- 3) Você está ciente das políticas e regulamentos relacionados à educação inclusiva na Guiné- Bissau?
- 4) Como você vê o papel do governo na promoção de educação inclusiva?
- 5) Quais estratégias as escolas estão utilizando para adaptar o currículo e as atividades de ensino para atender às necessidades dos alunos com deficiência?